

**Moção temática dos deputados da delegação do PSD ao Parlamento Europeu: Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Maria da Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Monteiro de Aguiar**

## **EUROPA E PORTUGAL 2030**

### **INTRODUÇÃO E SÍNTESE**

O PSD tem sido o alicerce essencial, permanente e incondicional da **opção portuguesa pela integração na União Europeia e na NATO**. Nunca fez alianças nem concessões a partidos que põem em causa estes dois pilares da nossa afirmação soberana. A guerra de agressão em curso impôs uma mudança geopolítica de grande alcance na Europa e no mundo que só confirma as opções fundamentais de Portugal e do PSD pelo projecto europeu e pela aliança atlântica. A presente moção reafirma esta opção do PSD e identifica as prioridades políticas que consubstanciam e renovam o compromisso europeu de Portugal.

A crise pandémica já reforçara a necessidade de uma integração mais profunda, mas a guerra repôs a paz e a segurança como os desígnios primeiros da UE e relançou o tema do alargamento ao Cáucaso e aos Balcãs. As lições entretanto aprendidas com a crise da zona euro, a crise dos fluxos migratórios e a ocorrência do Brexit também apontam para um aprofundamento da integração.

O PSD defende, pois, a atribuição de novas áreas de competência à UE, devidamente articulada com a dimensão nacional, por exemplo e designadamente, na **área da saúde, da energia, da defesa, da demografia e da protecção civil**. O PSD apoia uma reforma dos tratados que, para lá destes novos domínios, fortaleça a legitimidade democrática das instituições europeias, a sua responsabilidade política, a sua proximidade aos cidadãos e simplifique o processo de decisão (já antecipando os efeitos institucionais e decisórios dos novos alargamentos).

Esta reforma e os seus desenvolvimentos não devem afectar aqueles que são os três desafios fundamentais da UE: (1) potenciar o crescimento económico para garantir o bem-estar social dos cidadãos europeus e a coesão territorial

dentro da UE; (2) dar prioridade ao combate às alterações climáticas e à descarbonização no sentido de assegurar a sustentabilidade ambiental de todas as políticas da UE e de manter a liderança global neste domínio; (3) apostar na ciência, na tecnologia e na inovação, promovendo a transição digital e ambicionando uma futura liderança global na esfera digital. A concretização de todos estes objectivos obriga a um incremento do orçamento da União, só possível com a criação e mobilização de recursos próprios. A aposta no crescimento sustentável mas efectivo, tornando a Europa mais competitiva e mais rica, é a única via de promover e valorizar a Europa social, a Europa dos direitos sociais. **O modo de vida europeu – que justamente concilia a prosperidade económica com o bem-estar social – só pode ser atingido e defendido com um crescimento sólido.** Não há nem pode haver Europa social sem prosperidade económica, sem um crescimento sólido e sustentado. Quem verdadeiramente quer uma Europa social tem de defender uma Europa competitiva.

Todas estas reformas deverão fazer-se mantendo e reforçando o respeito pelo princípio do Estado de Direito (*rule of Law*), pelos direitos fundamentais e pelos princípios estruturantes da democracia na União e em todos os Estados-membros. A primazia dos valores e do direito é uma “pegada europeia” que em tudo corresponde à marca de água do PSD e da sua apologia impostergável do personalismo. O personalismo que é incompatível com uma visão liberal que se fia no mercado sem curar do equilíbrio social e com uma visão socialista que apregoa a igualdade sem cuidar do crescimento da economia. Na Europa e em Portugal, o PSD tem como desígnio a defesa do “modo de vida” especificamente europeu, que preconiza a economia social de mercado, com a pessoa humana, os seus direitos e os seus valores no centro da acção política.

Com esta visão europeia e europeísta, o PSD estará em condições de proporcionar um futuro melhor a todos os portugueses e de, em particular, dar às gerações mais jovens a oportunidade de realização e de sucesso que lhes tem sido negada nos anos mais recentes.

## **MOÇÃO (PROPOSTA TEMÁTICA)**

- I. O PSD aplaude a criação de um pilar europeu de defesa no seio da UE, sem estabelecimento de um exército único e que actue em estreita coordenação com a NATO (ou até dentro do seu quadro). **A UE, sem abandonar a cooperação transatlântica, tem de ser capaz de assegurar a sua defesa e proteger os seus cidadãos.** Este pilar implicará o (1) estabelecimento de compras conjuntas de material militar,

(2) a aposta na coordenação da investigação e na harmonização e integração da indústria de defesa e (3) a criação de forças operacionais de intervenção rápida.

- II. Tendo em vista o cenário do pós-guerra, propomos a organização de uma conferência que defina os princípios e os termos de uma nova ordem de segurança e paz na Europa. **Apoiamos, sem reservas, a concessão imediata do estatuto de país-candidato à Ucrânia** (e a outros Estados sob ameaça), bem como a preparação do plano internacional de reconstrução. Aquela conferência deve curar das modalidades de integração dos diferentes Estados sem necessidade de criar uma nova organização e revisitando os critérios de adesão à UE. **Para tanto e para outros fins como a saúde, a energia, a proteção civil, a agilização de procedimentos e o reforço da democracia com eventual inversão de competências na nomeação do Presidente da Comissão, concordamos com uma revisão dos tratados. Não deve, porém, esquecer-se que é ainda possível fazer enormes progressos sem alterar os tratados vigentes** (veja-se o PRR financiado com dívida comum, a aquisição conjunta de vacinas, a compra de equipamento militar para ajudar a Ucrânia, a solidariedade na maior vaga de refugiados).
- III. Os novos desafios que enfrenta a UE, as novas competências e os novos instrumentos (por exemplo, o *Next Generation EU* – PRR) de que possa ser dotada reclamam um **orçamento europeu reforçado**. O orçamento europeu continua circunscrito a cerca de 1% do PIB da UE. **São necessárias receitas próprias (que não são “impostos europeus”) como o mecanismo de ajustamento de carbono nas fronteiras, as receitas do mercado de licenças de emissão, a taxa sobre os plásticos, a taxação dos gigantes do sector digital e ainda das transações financeiras.** Quem beneficia do mercado interno deve naturalmente pagar pelo acréscimo de valor que cria em razão desse mercado. **É necessário evitar as enormes perdas em fraude, evasão e elisão fiscal, que equivalem, anualmente, a sete orçamentos da UE, ou seja, cerca de 1 bilhão de euros.** Os novos recursos próprios são mais urgentes a partir do momento em que a UE aceitou contrair “dívida comum” para construir o NGEU, a “bazuca europeia” (que, aliás, pode repetir-se para fazer frente aos efeitos da guerra). Se não se encontrarem receitas próprias, terá de haver um corte substancial nos fundos e programas do orçamento da UE, havendo o perigo de afectarem a política de coesão e a política agrícola comum.
- IV. A pandemia e a guerra mostraram a urgência de a UE assegurar a sua autonomia estratégica (impropriamente apodada de “soberania europeia”) em sede de produção de bens essenciais e de aprovisionamento energético. **O PSD defende que o desígnio da autonomia estratégica europeia seja um princípio transversal a todas as áreas e um instrumento da afirmação geopolítica global da UE e dos seus valores.**

- V. **A criação de uma união da energia constitui uma pedra angular dessa autonomia**, a realizar (1) pela consolidação da rede de interconexões energéticas à Península Ibérica, especificamente acelerando as ligações elétricas previstas para o final da década e recuperando os projetos de interconexões a gás, passíveis de utilização futura para hidrogénio), (2) pela aposta maciça nas energias renováveis, na eficiência energética, na descarbonização e no recurso ao hidrogénio (transição energética) e (3) pela diversificação de fontes de abastecimento (redução do risco político). Atendendo aos custos da transição energética e a outros conjunturais (guerra), a redução da carga fiscal sobre a energia é o meio de aliviar o impacto económico-social sobre as famílias e as empresas.
- VI. **A criação de uma união para a saúde é também um imperativo estratégico** para a UE, como bem mostrou a pandemia, no esforço colectivo de investigação e aquisição de vacinas e na partilha de pacientes e de meios. Deve centrar-se na “relocalização” da capacidade produtiva de medicamentos e equipamentos médicos, na criação de centros europeus de excelência de investigação e tratamento nas várias áreas, na eliminação das barreiras de acesso de cidadãos europeus aos sistemas nacionais, no estabelecimento de políticas comuns de saúde pública, de prevenção e de combate a ameaças transfronteiriças. Estes objectivos implicam uma **redefinição dos mandatos e dos poderes do Centro Europeu de Controlo de Doenças e da Agência Europeia do Medicamento**.
- VII. Os desafios demográficos, partilhados pelos 27 Estados-membros, postulam a adopção de políticas comuns nas migrações, nas questões da longevidade e, sobretudo, na natalidade. **É urgente a aprovação de uma Estratégia Comum para a Natalidade**, através de políticas com impacto directo no pilar social, designadamente nas áreas da saúde, segurança social e educação numa **abordagem integrada de apoio às famílias e à infância**. Na dimensão da longevidade, é fundamental garantir “qualidade” ao aumento progressivo da esperança média de vida. Para tanto, devem promover-se as políticas de envelhecimento ativo e a chamada “economia prateada”, que assegurem a esta faixa etária níveis de rendimento, actividade e envolvimento social activo que propiciem e incrementem a “qualidade” no período final de vida. **Na área altamente sensível das migrações, propugnamos uma política comum assente na solidariedade e na responsabilidade dos Estados Membros**. Portugal e a UE devem promover a direito ao asilo dos refugiados, a integração dos imigrantes, a “atração de talento(s)” por via migratória e incentivos que favoreçam o regresso de portugueses emigrados. Devem também combater a imigração irregular e o tráfico de pessoas e garantir a defesa das fronteiras externas da UE.
- VIII. **As especificidades territoriais das diversas Regiões Europeias, em particular as das Áreas Rurais ou de Baixa Densidade e, bem assim, das regiões ultraperiféricas (Açores e Madeira), têm de ser tidas em conta em todas as políticas europeias**. A promoção da coesão territorial passa por medidas como a conectividade em banda larga de alta

velocidade, a difusão das competências digitais, níveis adequados de serviços públicos e privados, soluções de mobilidade inovadoras, bem como a utilização de fontes energéticas alternativas, a diversificação económica, o empreendedorismo e uma forte criação de emprego. No plano das acessibilidades, defendemos o reforço das ligações ao interior, sobretudo através da ferrovia. **A ligação ferroviária a Espanha é determinante** (sobretudo para o transporte de mercadorias), também por óbvias razões ambientais. Perante os desafios da descarbonização, é urgente reforçar os postos de carregamento eléctrico e a oferta de transporte público ambientalmente sustentável. **A posição geográfica periférica e a vocação turística do nosso país exigem a construção de um novo aeroporto na região de Lisboa** que cumpra as exigências de sustentabilidade em todos os parâmetros, incluindo o dos combustíveis.

- IX. Os governos socialistas têm prosseguido políticas económicas que arrastaram Portugal para a cauda da Europa. Temos sido sistematicamente ultrapassados por outros Estados-membros em sede de criação de riqueza e de crescimento económico. Estas opções políticas erradas têm enormes consequências sociais, degradando a prestação e o desempenho do nosso Estado social (designadamente na saúde, mas também na educação, na segurança social e nos serviços públicos em geral). **Não se pode distribuir a riqueza que não se cria. Por isso, são absolutamente cruciais as políticas de crescimento, com alívio fiscal e aumento da competitividade e produtividade.** Esta vaga de crescimento passa pela digitalização da economia e dos serviços públicos, pela reindustrialização, pela aposta na agricultura e no princípio da “soberania alimentar”, pela valorização dos recursos marinhos e pela conclusão da transição energética. A indústria do Turismo continuará a ser uma das alavancas da nossa economia nos próximos anos. A modernização do sector implica a transição digital, o recurso à automação e o respeito pelos critérios de sustentabilidade. **A criação de uma Agência Europeia para o Turismo**, responsável pela definição de métricas comuns, recolha e tratamento de dados, é um passo necessário para a desejável criação de uma União para o Turismo. Já na transição digital, é decisivo levar a cobertura das redes 5G a todo o território e investir na formação digital básica de toda a população. As políticas económicas devem orientar-se para a **criação e qualificação do emprego, aumentando o rendimento disponível das famílias.** A qualificação do emprego passa pela formação e pela digitalização, dando-se prioridade aos programas de mobilidade estudantil e laboral, que constituem um dos activos mais valorizados pelos cidadãos europeus. **Só assegurando um crescimento acima da média europeia e gerando emprego, se pode aumentar o rendimento dos trabalhadores e sustentar o Estado Social português**, cada vez mais solicitado (atento o envelhecimento da população e o que ele exige do sistema de saúde e de prestações sociais). Não há nem pode haver Europa social sem um crescimento sólido e sustentado. Quem verdadeiramente quer uma Europa social tem de promover e fomentar uma Europa competitiva.

- X. Como ilustra a crise alimentar gerada pela guerra, **as políticas agrícola e de pescas são um pilar determinante da autonomia estratégica da UE**. Também com esse objectivo, deveremos promover mais ativamente os alimentos produzidos na UE, que obedecem às melhores práticas ambientais, sociais e de qualidade do mundo. A sustentabilidade económica, ambiental e social deve ser o princípio chave da actividade agrícola, florestal, extractiva e piscatória, contribuindo nomeadamente para a utilização eficiente da água, o aumento da matéria orgânica nos solos e a descarbonização. Na exploração marinha, na protecção das espécies e na escolha das prioridades produtivas **a aposta na investigação científica e nas tecnologias digitais é imprescindível** para garantir o uso sustentável de todos os recursos naturais.
- XI. As políticas de ambiente e, em especial, o Pacto Ecológico (conhecido como *Green Deal*) são a trave mestra das grandes reformas que a UE fará nas próximas décadas. O PSD revê-se por inteiro nos **objectivos para a redução das emissões em 55% até 2030 e para a neutralidade carbónica em 2050**. Para tal, é fundamental electrificar o sector da energia, descarbonizando a sua produção, avançar com a definição de “*go-to zones*” para renováveis de licenciamento expedito, electrificar o sector da mobilidade e promover o hidrogénio enquanto alternativa industrial. Portugal corre o risco de ver mais de metade do seu território desertificado por efeito das alterações climáticas, sendo assim urgente a adaptação da sociedade a esta realidade e aos fenómenos climáticos extremos. Nas cidades, evitando ilhas de calor, e nas zonas rurais, optando por espécies que melhor se adaptem aos efeitos do aquecimento global. **O ambiente e a economia não são interesses inconciliáveis**, aliás, o desafio ambiental e climático tem de ser convertido numa grande oportunidade económica de crescimento e geração de emprego. **O fomento da economia circular, também pela via fiscal, deve ser prosseguido** em todos os sectores, reduzindo a exploração dos recursos naturais.
- XII. A dupla transição verde e digital está no centro das políticas europeias e a sua concretização não será possível sem um forte investimento na Ciência e na Inovação. Sendo a protecção dos recursos marinhos e hídricos um dos pilares do Pacto Ecológico Europeu, o PSD conseguiu ver aprovada a criação de uma entidade dedicada à investigação científica e à inovação na área da água (Centro de Conhecimento e Inovação para a Água) e tem-se batido para que esta tenha a sua sede em Portugal. No plano da Educação, defendemos a consolidação dos programas europeus de mobilidade e o reforço da cooperação entre instituições de ensino dos Estados membros, visando uma **melhoria global das competências digitais, na matemática, no domínio das línguas e na filosofia**. Consideramos que a autonomia estratégica da UE, nomeadamente da sua indústria, deve passar pela aposta nas competências e na capacidade científica em tecnologias emergentes, tais como computação quântica, computação de alto-desempenho, fotónica e bioengenharia.

- XIII. Para fomentar esta vaga de crescimento, mostra-se fundamental o **uso criterioso e reprodutivo dos fundos europeus**. Atenta a confluência do PRR e do envelope financeiro do Portugal 20-30, nunca o nosso país recebeu tanto apoio europeu. Trata-se de uma oportunidade única e sem paralelo. **A concentração do PRR no sector público e em gastos correntes (pouco ou nada reprodutivos) é altamente censurável e deve ser invertida e compensada através do Acordo de Parceria Portugal 2030, focando-o no apoio ao investimento privado e às empresas (em especial, no segmento dos bens transaccionáveis)**. Tem de ser agilizada a avaliação das candidaturas a fundos, tornando-os mais acessíveis (em particular para as PME's) e tem de ser criado um canal de financiamento rápido para os sectores económicos mais afectados com a crise pandémica e a guerra. O planeamento estruturado da alocação de fundos e o escrutínio reforçado da sua atribuição são prioridades indispensáveis ao seu uso reprodutivo.